

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previd. dos Servi. Púb. de Paraopeba- IPREV PBA

Ata da reunião ordinária do Conselho Fiscal do IPREV PBA, realizada em 29 de julho de dois mil e vinte e cinco, às 17:00 horas, na sede do Instituto, sito à Rua Paula Freiras nº 110 – Centro – Paraopeba/MG, se fez presente o Conselho Fiscal composto por Raquel Duarte Nunes de Oliveira – Presidente, Claudia Regina Pinto, Mary Geralda Gomes de Paiva Moreira e Eloisa Ananias da Silva Nunes, Conselheiros nomeadas pelos Decretos n. 095/2025, 096/2025 e 097/2025, respectivamente. Com a presença de todos, iniciou-se a reunião para análise dos documentos e pastas de Receita, Despesa referente o respectivo mês. Os balancetes de receitas e despesas, foram apresentados para apreciação dos conselheiros, os referidos documentos foram analisados pelos conselheiros presentes. Os Relatórios de Acompanhamento da Política de Investimentos e aplicações, bem como os Demonstrativos de Receitas e Despesas do referido mês, estão disponibilizados no site do instituto- www.iprevpba.mg.gov.br. O Comitê de Investimentos apresentou o PARECER COMINV nº 006/2025, referente ao mês de junho/2025, com as informações acerca do cenário econômico, com destaques aos principais pontos correlatos, mercado financeiro global e também com relação aos investimentos da carteira do Instituto no referido mês.

O mês de junho foi marcado por acontecimentos relevantes no cenário político e econômico, tanto no Brasil quanto no exterior. No campo doméstico, um dos episódios de maior repercussão foi a decisão do Congresso Nacional de anular o decreto do Governo Federal que alterava a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A votação, que representou uma derrota expressiva para o Executivo, foi aprovada na Câmara por ampla margem — 383 votos a favor contra 98 contrários — e contou com apoio considerável da própria base governista, o que evidenciou dificuldades de articulação política. No Senado, a aprovação ocorreu de forma simbólica. Em reação, a Advocacia-Geral da União, com aval do presidente Lula, recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando constitucionalidade do decreto. O ministro Alexandre de Moraes decidiu suspender tanto o decreto quanto o projeto aprovado pelo Congresso, convocando Executivo e Legislativo para uma tentativa de conciliação.

No campo econômico, a inflação de junho surpreendeu negativamente o mercado. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 0,24%, acumulando 5,35% nos últimos 12 meses, acima do teto da meta oficial. A principal pressão veio do grupo de habitação, que subiu 0,99%, influenciado pelo aumento no custo da energia elétrica, devido à mudança para a bandeira tarifária vermelha e reajustes em diversas capitais. Esse cenário, somado ao mercado de trabalho aquecido, reforçou a percepção de que a política monetária restritiva precisará ser mantida por mais tempo. O desemprego caiu de 6,6% para 6,2% e a massa salarial avançou 1,8%, ambos dados acima das expectativas.

Em resposta, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic para 15,00% ao ano, o maior nível em duas décadas. A decisão foi unânime e acompanhada de sinalização de que os juros permanecerão nesse patamar por um período prolongado. As projeções do mercado apontam estabilidade até o fim de 2025, com cortes graduais apenas a partir de 2026. Entretanto, os impactos dessa política já começam a aparecer: a produção industrial recuou 0,5% em junho, as vendas no varejo caíram 0,2% e apenas o setor de serviços mostrou alta de 0,2%. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) também desacelerou, passando de 0,8% para 0,2%.

No cenário internacional, os Estados Unidos apresentaram dados mistos. O mercado de trabalho manteve-se resiliente, com criação de empregos acima do esperado e desemprego estável em 4,2%. Porém, as vendas no varejo recuaram 0,9% e a confiança do consumidor caiu de 98,4 para 93,0 pontos. Apesar das pressões do presidente Donald Trump por um corte agressivo nos juros, o Federal Reserve manteve a taxa entre 4,25% e 4,50%, afirmando que aguarda mais informações econômicas antes de ajustar a política monetária. No comércio internacional, as tarifas anunciadas pelo governo americano elevaram significativamente os preços do alumínio (+54%) e do aço (+5%). Em paralelo, EUA e China firmaram um acordo que fixou tarifas de 55% para exportações chinesas e 10% para exportações americanas, além de incluir negociações sobre o comércio de terras-raras — insumos estratégicos para a indústria de tecnologia e veículos elétricos.

Na Europa, o Banco Central Europeu reduziu a taxa de juros para 2% ao ano, citando a desaceleração da atividade e a convergência da inflação para a meta. O Reino Unido manteve os juros em 4,25%, enquanto a Suíça cortou para 0%. As negociações comerciais entre União Europeia e Estados Unidos seguiram sem avanços, e rumores sobre concessões setoriais — como isenções para setores farmacêutico e aeroespacial — foram oficialmente desmentidos pela UE.

No Oriente Médio, as tensões aumentaram após ataques israelenses ao Irã, seguidos por retaliações iranianas e, posteriormente, ofensivas dos Estados Unidos contra instalações nucleares do país persa. Apesar do risco inicial de escalada, a resposta de Teerã foi considerada simbólica, e a situação arrefeceu, reduzindo os temores de interrupção do transporte de petróleo pelo estreito de Ormuz, rota por onde passa cerca de 20% do petróleo mundial.

A China, além de concluir o acordo tarifário com os Estados Unidos, avançou em questões estratégicas como o comércio de minerais essenciais e vistos para estudantes, reduzindo tensões que vinham pressionando cadeias globais de suprimentos e impactando indústrias de alta tecnologia e mobilidade elétrica.

Diante desse cenário, o portfólio do IPREV-PBA registrou uma rentabilidade de 1,05% em junho, mesmo valor registrado no mês anterior, superando a meta atuarial do período, que foi de 0,67%. Esse desempenho positivo permitiu a carteira aumentar a diferença com relação à meta no acumulado do ano. Até o momento, a rentabilidade da carteira alcança 6,25%, frente a uma meta de 5,67%.

O destaque do mês foi o fundo Caixa FII Rio Bravo CXRI11, que apresentou a maior rentabilidade da carteira, com alta de 2,01%, impulsionado pela recuperação dos mercados no período. Em contrapartida, o fundo Caixa FIC Hedge Multimercado registrou o pior desempenho, com alta de apenas 0,05%.

Em termos nominais, a carteira do IPREVPBA obteve um rendimento de R\$ 326.476,34 em junho. No acumulado do ano, o rendimento totaliza R\$ 1.864.999,17, elevando o patrimônio do Instituto para R\$ 30.848.272,00.

Por fim, destaca-se que o portfólio permanece em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução CMN 4.963/2021, bem como com a política de investimentos vigente.

Em análise do conteúdo do respectivo relatório, este conselho pode concluir que foi bem elucidativo, destacando alguns aspectos relevantes extraídos de pesquisas realizadas em análises e estudos de órgãos de monitoramento de mercado. No mercado Internacional: O Banco Mundial revisou sua previsão para 2025, de 2,7% para 2,3%, destacando os impactos adversos das tensões comerciais e aumento de tarifas, o que dificultou a expansão do comércio global (estimado em apenas 1,8%). O FMI mantém projeção mais otimista, com crescimento de 3,0% em 2025 e 3,1% em 2026, beneficiado por melhores condições financeiras e estímulos fiscais em algumas economias. A OCDE também ajustou suas expectativas, prevendo 2,9% de crescimento global para 2025, devido ao impacto negativo das tarifas e aumento da incerteza econômica. No Brasil, Inflação (IPCA): Registrou 0,24% em junho; acumulado em 12 meses atingiu 5,35% — um dos níveis mais elevados desde o início da série histórica. A inflação anual recuou para 5,3% ao ano, o menor patamar em três meses — impulsionada pela queda dos preços de alimentos e transportes. A desaceleração da inflação reforça expectativas de início de um ciclo de afrouxamento da Selic no final do ano, embora a taxa de juros ainda esteja bem acima do nível neutro. Diante desse cenário, no mês de janeiro nosso portfólio apresentou alta de 1.05%, acima da meta que foi de 0,67%. Importante salientar que esse desempenho positivo permitiu a carteira aumentar a diferença com relação à meta no acumulado do ano. Até o momento, a rentabilidade da carteira alcança 6,25%, frente a uma meta de 5,67%. Em valores monetários, o Instituto acumulou R\$ 326.476,34 no mês. No acumulado do ano, o rendimento totalizou R\$ 1.864.999,17, elevando o patrimônio para R\$ 30.848.272,00, conforme dado extraído do comentário supramencionado. Continuamos monitorando o mercado buscando sempre as melhores opções visando melhor proteção e ganhos para nossa carteira. Destarte, entendemos que o relatório encaminhado atende aos requisitos formais, tendo em vista que não foram encontradas inconsistências nas análises, desta forma, cumprindo integralmente o seu papel de orientar nas melhores decisões de investimento. Diante disso, este Comitê opina pela aprovação do referido relatório.

No mês de junho houve concessão de aposentadorias para Elaine Cristina de Freitas Gonçalves Maciel. Demais informações estão afixadas no quadro de avisos do Instituto e devidamente publicadas no Diário Oficial de Paraopeba, sítio: www.paraopeba.mg.gov.br. Nada mais havendo a tratar, após ser lida, lavrou-se a presente ata, que assim os mesmos assinam. Paraopeba/MG, 29 de julho de 2025.




Raquel Duarte Nunes de Oliveira.
Presidente


Mary Geralda Gomes de Paiva Moreira
Conselheira


Eloisa Ananias da Silva Nunes
Conselheira


Claudia Regina Pinto
Conselheira

Fides Amor Labor sic itur ad astra